



SEM MEDO DE DIZER “FEMINISMO”: A ESCOLA DE FORMAÇÃO FEMINISTA PARA MULHERES JOVENS E A CONSOLIDAÇÃO DE UM SUJEITO POLÍTICO DA AGROECOLOGIA¹

PLATÃO, Germana²; GOUVEIA, Indinayara³ GRAVE, Marta.⁴

² Doutoranda em Produção Vegetal pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Montes Claros, MG, geplatao@yahoo.com.br

³ Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pelas Faculdades Integradas do Norte de Minas (Funorte), Montes Claros, MG, indigouveia@gmail.com;

⁴ Mestranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, MG, marta.grave@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho é um relato de experiência técnica desenvolvida pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) que apresenta e sistematiza a Escola de Formação Feminista para Mulheres Jovens em abril de 2017, Montes Claros/MG. Sendo fruto de reflexões e problematizações institucionais sobre as desigualdades de gênero e de geração, a experiência evidencia potencialidades e desafios de trabalhar, no seio de organizações rurais mistas, o feminismo e a agroecologia como partes de um mesmo projeto de sociedade. A sistematização desta experiência possibilita ponderações sobre o trabalho com mulheres jovens rurais, de povos e comunidades tradicionais, além de abordar particularidades de seus discursos e práticas políticas. O trabalho defende a importância da formação específica do segmento das mulheres jovens como motor de uma posição questionadora, contribuindo para a consolidação de novos sujeitos políticos e para a afirmação de lideranças jovens no campo da agroecologia e do feminismo.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismos, Juventudes, Auto-Organização, Formação.

INTRODUÇÃO

De forma especial desde o III ENA, que aconteceu em 2014, as mulheres e as/os jovens ampliaram seu protagonismo no campo da construção e defesa da agroecologia enquanto projeto societário e de desenvolvimento. No caso das mulheres, a aposta na formação política em feminismo e agroecologia – e, também, na contribuição para a formulação de políticas públicas – logrou resultados importantes, inclusive na efetivação de uma política de ATER sensível às desigualdades de gênero (GT de Mulheres da ANA, 2015). A adoção do lema “Sem Feminismo não há Agroecologia” colaborou para reivindicar e dar visibilidade à contribuição histórica das mulheres na construção da agroecologia no Brasil, afirmando o resultado de processos de auto-organização e articulação em rede, conduzidos um pouco por todo o país, em organizações e movimentos rurais de mulheres, mas também mistos (GT de Mulheres da ANA, 2015).

“Como corrente intelectual, o feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina” (MIGUEL, 2014, p. 17). De fato, as mulheres precisam se organizar para a garantia de direitos. Precisam, porque se não fosse pela movimentação em diferentes momentos históricos e envolvendo diversos setores sociais, possivelmente a sociedade e as instituições seguiriam sem questionar os princípios que regem o sistema patriarcal.

Por muitos anos o papel das mulheres foi reduzido a significados atribuídos ao corpo e à sua suposta fragilidade. Reflexo disso é o histórico de formação educativa entre homens e mulheres. Enquanto um é

¹ Relato de experiência técnica desenvolvida pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM).



formado para ações técnicas, a outra é submetida a processos que a incentivem a serem uma boa mãe e cuidadora do lar. Como é abordado por Cláudia de Jesus Maia (2003), a construção do ser homem e ser mulher é reforçada por concepções construídas culturalmente, que se justificam na biologia humana. Essa formação histórica contribui para a manutenção da dominação masculina, acirra desigualdades e constitui entraves à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. A preservação da esfera privada mantém relações de autoridade que limitam a autonomia das mulheres. “É impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática” (MIGUEL, 2014, p. 33).

Neste âmbito, a desnaturalização da dualidade e das fronteiras convencionais entre esfera pública e privada, aliada à opção por uma epistemologia feminista – que valoriza o conhecimento edificado na experiência vivida e no questionamento da dominação masculina (MIGUEL, 2014) – foram, importantíssimas para a consolidação do protagonismo feminino no campo da agroecologia.

A ação pública das mulheres no campo da agroecologia é antiga e relevante para a desconstrução de papéis historicamente vinculados ao gênero. Muitas foram as estratégias construídas pelas mulheres para demonstrar a crítica feminista à submissão ou para afirmar e valorizar seu trabalho, tendencialmente invisibilizado. Entre marchas e outras ações políticas, a criação de coletivos e ferramentas de monitoramento ou a participação em Conselhos, os instrumentos de organização das mulheres são diversos e frutíferos. A Marcha das Margaridas, por exemplo, ganhou reconhecimento global enquanto ferramenta organizativa, de orientação política e pública, das mulheres rurais ligadas ao projeto agroecológico.

Alguns aspectos, no entanto, inquietaram a equipe técnica do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), a partir da intervenção específica no campo da formação da juventude rural: de que forma as mulheres jovens se reconhecem nos espaços de luta e formação já consolidados (locais, regionais e nacionais)? Como se dá seu envolvimento nos processos de organização feminista em curso? Que abertura existe para tratar de temáticas que preocupam ou instigam especialmente as mulheres jovens, num mundo cada vez mais conectado e em movimento? De que especificidades se reveste o feminismo, quanto arquitetado a partir da vivência da juventude de Povos e Comunidades Tradicionais?

É certo que o desenvolvimento histórico do feminismo provocou discussões acerca da abrangência da luta das mulheres, incluindo o debate sobre interseccionalidade, conceito que se desenvolve, segundo Mariana Torreão Brito Arcoverde (2016), a partir do movimento feminista negro, e que se propõe a fazer uma crítica dentro do próprio movimento feminista, defendendo o entendimento de que há diversos marcadores sociais de desigualdade, que podem “sobrepôr-se” de forma cumulativa ao fato de ser mulher

Esse entrecruzamento nos conduz também a refletir sobre a importância da categoria “juventude”, principalmente se as organizações e movimentos se preocupam com as condições de consolidação, em médio e longo prazo, dos sujeitos políticos responsáveis pela elaboração e experimentação do projeto da agroecologia e do feminismo. Ser jovem, no Brasil e no mundo, tem, naturalmente, múltiplos significados. Essa premissa se aplica também a ser jovem no meio rural. A associação da categoria a problemas como a permanência/migração, o desinteresse pelo meio rural, é, não raras vezes, fruto de estigmas enraizados e mascara uma realidade cada vez mais comum: a de que a juventude rural



“vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social” (CASTRO, 2009, p. 182). Embora, no último período, organizações e movimentos tenham consolidado suas estratégias e atividades para o envolvimento da juventude rural, é comum que ser jovem seja associado a um período de transição para a vida adulta, cuja transitoriedade parece incompatível com responsabilidade e autonomia. Percebe-se que apesar de existir consenso a respeito da importância da participação das/os jovens, essa valorização convive muitas vezes – no contexto das organizações, das famílias e das comunidades – com certas relações de poder (CASTRO, 2009).

A/O jovem rural enquanto novo ator social, que “se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como *trabalhador, camponês, agricultor familiar*, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos” (CASTRO, 2009, p. 183) ainda é pouco (re)conhecido. A realidade vivenciada pela interseção jovem-mulher-rural fortalece, nesse sentido, o papel das mulheres jovens na reivindicação por mais participação na sociedade, protagonizando momentos de construção democrática, partindo da busca por uma sociedade mais justa e igualitária, pois como explica Rosiska Darcy de Oliveira (1998), a democracia parte do reconhecimento da correlação entre diferentes raças, sexos e classes sociais, entre outros.

Reconhecer as especificidades de cada segmento e suas interseções é fundamental no contexto do trabalho com mulheres jovens rurais e de Povos e Comunidades Tradicionais. A sua emergência e consolidação enquanto sujeitos políticos da agroecologia e do feminismo, simultaneamente, depende da capacidade das organizações de assessoria e dos movimentos sociais de adaptar suas metodologias de forma a motivar, junto das jovens mulheres, uma posição questionadora, não apenas do modelo de desenvolvimento e produção imposto hegemonicamente em seus territórios, mas também das desigualdades de gênero. O papel colocado para as organizações e movimentos do campo agroecológico parece ser o de reconhecer e fomentar o conhecimento enquanto vetor de novos sujeitos políticos, novos discursos, linguagens e práticas. Nesse contexto, construir uma experiência de formação de jovens rurais e de Povos e Comunidades Tradicionais, que aliasse a construção e sistematização de conhecimentos a uma abordagem participativa, baseada na agroecologia e no feminismo como partes integrantes e imbricadas de um projeto de sociedade, foi o objetivo da Escola de Formação Feminista para Mulheres Jovens. É sobre as dificuldades, resultados e potencialidades da concretização dessa experiência que nos debruçaremos em seguida.

METODOLOGIA

A Escola de Formação Feminista para Mulheres Jovens é uma iniciativa do CAA-NM. A primeira experiência da instituição na formação de mulheres jovens em diferentes temáticas a partir da abordagem feminista foi realizada no polo regional norte da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAEMG) do Estado de Minas Gerais, na cidade de Montes Claros, entre os dias 20 e 23 de abril de 2017.

Considerando o público com o qual o CAA-NM, historicamente, atua na região no Norte de Minas, a Escola priorizou o envolvimento de mulheres jovens, de comunidades rurais e/ou de Povos e Comunidades



Tradicionais, entre elas quilombolas, geraizeiras e extrativistas. Participaram, de forma direta, 14 jovens de comunidades rurais, oriundas dos municípios de Catuti, Coração de Jesus, Diamantina, Presidente Kubitscheck, São Francisco, Porteirinha, Janaúba, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras e Correntina (BA). Estavam também mobilizadas para participar da Escola 10 jovens indígenas, da etnia Xakriabá, do município de São João das Missões. Junto dessas jovens foi promovido, no âmbito do módulo do Programa de Formação de Jovens do CAA-NM, um espaço auto-organizado, com a finalidade de sensibilizar e mobilizar as mulheres indígenas para participarem da Escola de Formação Feminista. No entanto, a data escolhida para a realização da atividade acabou desmobilizando as jovens Xakriabá, uma vez que coincidiu a Semana Nacional de Mobilização Indígena, da qual o povo Xakriabá participa ativamente.

A programação da Escola priorizou a utilização de metodologias participativas, que nortearam espaços lúdicos, teóricos e práticos, assessorados em parceria com organizações que, estando no campo da agroecologia, também debatem o feminismo (SOF, MST, Marcha Mundial de Mulheres, Rede de Intercâmbios e Grupo de Mulheres da comunidade de Lagoa Grande, do município de Janaúba/MG). Os quatro dias de Escola contemplaram a discussão sobre a justiça de gênero a partir de espaços e temáticas diversificados, tais como: 1) “Mulheres na História e na Sociedade”; 2) “Mulheres, Campo e Agroecologia”; 3) “Mulheres e Economia”; e 4) “Mulheres e Sexualidade”. Foram também desenvolvidas oficinas de Musicalização e Ritmo; Comunicação – “Um Olhar de Bem-querer”; Zine e Poesia; Conserva de verduras; e Estêncil. A programação inicial previa ainda a realização de uma oficina de Práticas Agroecológicas, que seria conduzida por agricultoras monitoras, integrantes do quadro de associadas/os do CAA-NM. Em função de problemas imprevistos relacionados com a logística, o local de realização da Escola foi alterado de última hora e, uma vez que a atividade aconteceu no espaço urbano, a realização de práticas agroecológicas, conforme previsto inicialmente, foi prejudicada.

Desde o processo de elaboração do projeto da Escola, a experiência baseou-se em princípios participativos, na medida em que deu resposta a propostas e demandas identificadas pela equipe técnica e colocadas pelo quadro de associadas/os do CAA-NM. Entre elas, destacam-se, por um lado, a necessidade de trabalhar o feminismo e de construir uma abordagem institucional com identidade própria; e, por outro lado, a importância de formar a juventude, integrando os projetos do feminismo e da agroecologia, e motivando processos de transição e renovação das organizações rurais.

Sete colaboradoras do CAA-NM participaram da Comissão Político-Pedagógica e estiveram envolvidas em todo o processo de construção da Escola e de condução da metodologia. Esta equipe foi multidisciplinar, congregando e integrando diferentes acúmulos nas áreas da comunicação, do trabalho social e da agronomia.

Toda a programação da experiência foi construída com sensibilidade no que diz respeito ao processo de multiplicação comunitária. Ao longo da sua realização foram distribuídos materiais que podem subsidiar o estudo das jovens participantes, aprofundando os conteúdos abordados durante a programação. Nas oficinas, cuidou-se para que as jovens tivessem oportunidade de refletir e sistematizar sobre os conteúdos trabalhados, inclusive gerando produtos que materializam os aprendizados. Desta opção metodológica são bons exemplos

o estêncil – as jovens produziram um mural e cada uma customizou sua camiseta; o zine – cada jovem aprendeu a dobradura do zine e elaborou colagens nas suas próprias poesias; a conserva de verduras; e a fotografia impressa, entregue a cada uma, resultado da Oficina de Comunicação. Adicionalmente, em decorrência da oficina de Musicalização e Ritmo, que deu importância às manifestações culturais próprias da região do Norte de Minas, as jovens protagonizaram uma apresentação musical no momento de encerramento da Escola.

O CAA-NM promoveu ainda a elaboração e reprodução de materiais de comunicação e sistematização da experiência, centrados nos aprendizados e vivências das jovens participantes. A Escola de Formação Feminista inspirou a elaboração de uma cartilha de multiplicação das temáticas e técnicas trabalhadas durante a programação; a diagramação e impressão de um foto-livro que retrata a experiência; e a produção de um vídeo, centrado na avaliação das organizações parceiras e na percepção das próprias jovens participantes. Como resultado, parte dessas jovens está assumindo papéis de protagonismo na nova turma do Programa de Formação de Jovens do CAA-NM, em associações comunitárias, sindicatos ou grupos locais, o que demonstra que a Escola contribuiu para reforçar a importância da participação social e política, além de motivar o engajamento.

Este trabalho de apresentação e sistematização da experiência da Escola de Formação Feminista baseia-se em relatos de avaliação, tanto das jovens participantes, quanto das assessoras de organizações parceiras que contribuíram com a dinamização dos espaços contemplados na programação. As entrevistas foram conduzidas ao final da Escola e seus conteúdos trabalhados pela equipe do CAA-NM. Os resultados e a discussão apresentados em seguida são fruto da reflexão de três técnicas que acompanharam a Escola desde a elaboração da proposta inicial e compuseram sua Comissão Político-Pedagógica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo de apresentar a experiência da Escola de Formação Feminista passa por refletir sobre como o trabalho com enfoque de gênero envolvendo mulheres jovens pode fortalecer este segmento enquanto sujeito político do projeto da agroecologia, na perspectiva feminista.

Com sede na cidade de Montes Claros/MG, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas é uma organização mista, sem fins lucrativos, fundada e composta por agricultoras/es, lideranças de povos e comunidades tradicionais, que realiza assessoria, assistência técnica, estudos e pesquisas em agroecologia e desenvolvimento, dirigida pelas/os associadas/os e composta por uma equipe de assessoria técnica multidisciplinar.

No bojo do processo de redemocratização do Brasil, e na contramão da chamada “Revolução Verde”, grupos de agricultoras/es e técnicas/os começaram a propor um modelo de desenvolvimento alternativo, baseado nos princípios da agroecologia. É nesse berço que nascem as primeiras experiências que, mais tarde, gerariam o CAA-NM. Desde 1985, a organização contribui com o fortalecimento de redes sociotécnicas, onde camponesas/es, técnicas/os e organizações parceiras articulam esforços na busca por soluções efetivas para os principais problemas vivenciados pelas agricultoras/es familiares e pelas comunidades tradicionais da



região. Formalmente constituído em 1989, ao longo de mais de 30 anos de existência o CAA-NM assessorou, em seus espaços de atuação, processos de luta por direitos essenciais como terra e território, segurança e soberania alimentar, educação contextualizada, acesso à água de qualidade, saúde e políticas públicas.

A experiência do CAA-NM é vasta e muito diversa. No seu currículo podem encontrar-se projetos de Assessoria Técnica e Extensão Rural, de defesa de direitos territoriais, de mobilização social junto a Comunidades Tradicionais e de fortalecimento e inserção de organizações econômicas da agricultura familiar em mercados institucionais, públicos e privados. A atuação do CAA-NM também é expressiva em atividades específicas junto de jovens e mulheres, além de contribuir na representação da sociedade civil em Conselhos e outros espaços de proposição e monitoramento de políticas públicas.

Como abordado anteriormente, o campo representa inúmeras contradições para a juventude rural. No que tange à participação, as/os jovens se deparam, por exemplo, com restrições de incidência em espaços decisórios, tanto na esfera privada (família, propriedade), quanto na esfera pública (associações, sindicatos, conselhos). Mesmo nas ocasiões em que a sua participação é viabilizada, é comum que suas opiniões e propostas sejam desconsideradas. No âmbito da intervenção do CAA-NM, percebe-se que esta situação constitui um entrave ao desenvolvimento pessoal da juventude rural, bem como à sua formação política e organização social. No caso das mulheres, verifica-se uma sobreposição de violências: além da dificuldade de participar dos espaços públicos e decisórios, observa-se ainda, em função da cultura machista patriarcal, uma profunda desigualdade das relações de poder. Mesmo quando são promovidas atividades específicas de formação ou organização da juventude, raramente o debate sobre gênero é proporcionado ou priorizado, impedindo que as mulheres jovens se apropriem do feminismo como ferramenta de emancipação.

Um dos projetos propostos pelo CAA-NM é o Programa de Formação de Jovens. Executado desde 1993, o Programa visa intervir com a juventude rural e de Povos e Comunidades Tradicionais através de espaços de formação itinerantes e participativos em torno de temas relacionados à agroecologia e à política. Percebe-se, no âmbito do Programa de Formação de Jovens do CAA-NM, que há problemas em garantir a participação das jovens. Isso ocorre em função de diversos fatores, mas, sobretudo, devido à insegurança das famílias em deixarem-nas sair de casa e também devido à naturalização da ideia de que são os homens que, regra geral, saem em representação das suas comunidades. Além disso, no decorrer da participação, são as jovens quem geralmente têm mais dificuldade em se posicionar e incidir nas atividades, assumindo tendencialmente uma posição de menor protagonismo nas turmas.

A fim de enfrentar esse impasse, o CAA-NM estabeleceu como pré-requisito para a participação no Programa o princípio da equidade de gênero. Embora essa orientação tenha se concretizado, logrando avanços na composição das turmas, as consequências da estruturação tradicional dos papéis sociais ainda dificultam a participação das mulheres. Assim, a equipe que acompanha o Programa de Formação de Jovens identificou a necessidade de promover espaços de formação auto-organizados, que permitissem reflexões em torno das dificuldades sentidas pelas jovens mulheres participantes e a formulação de estratégias coletivas para superá-las. Perante a oportunidade de formular uma nova proposta de formação junto da juventude, surgiu a ideia de propor a Escola de Formação Feminista, envolvendo mulheres jovens participantes de turmas anteriores do



Programa de Formação do CAA-NM, ou envolvidas com os trabalhos comunitários desenvolvidos pela instituição. Potencializou-se o debate feminista junto deste segmento, aliando-o à formação em agroecologia e dando sequência ao processo de construção do conhecimento já iniciado em outros espaços institucionais. Diante da necessidade de enfrentar dificuldades, de várias ordens, impostas à participação qualificada das/os jovens, a Escola de Formação Feminista, segundo Maysa Mathias, integrante do MST que facilitou uma das oficinas da experiência, cumpriu um importante papel:

É muito importante que, não apenas o CAA, mas que outras organizações, outros movimentos, construam esses cursos de formação com juventude, afinal de contas ela é a continuidade da nossa luta no campo. A juventude precisa, sim, que não apenas os adultos cobrem uma organização, mas que se criem condições para que essa juventude se organize, que tenham condições de permanência, condições de formação, condições de lazer. Outras oportunidades para além do seu trabalho e sua contribuição na geração de renda e na continuidade da vida. (2017, entrevista).

A defesa da auto-organização nem sempre é consenso no âmbito das organizações mistas, muitas vezes devido à consolidação de entendimentos equivocados a respeito dos seus propósitos e princípios metodológicos. Desde a sua concepção, a proposta da Escola de Formação Feminista nasceu auto-organizada. Na medida em que se abordaram, na perspectiva da igualdade de gênero, temáticas muito diversas e relacionadas a vivências tanto pessoais, quanto coletivas, a opção pela promoção de uma atividade só para mulheres constitui um diferencial que, na nossa avaliação, em muito contribuiu para o sucesso da experiência. Nesse sentido, consideramos importante que as organizações e movimentos se sensibilizem para a necessidade de considerar diferentes perspectivas sociais nas suas abordagens, dando destaque à visão das mulheres sobre os territórios, a produção, as relações, sobre si mesmas – enfim, sobre sua posição no mundo. Essa opção não se trata, no entanto, de uma busca por uma visão unificada, pouco diversa, construída em torno da *identidade* feminina. Pelo contrário:

A demanda por presença política das mulheres deixou paulatinamente de ser enunciada como a busca pela representação de uma identidade comum e unificada ou mesmo de interesses unívocos, sendo apresentada como a necessidade de dar voz a determinadas perspectivas sociais. De acordo com a definição mais influente, a perspectiva social é “o ponto de vista que membros de um grupo têm sobre processos sociais por causa de sua posição neles”. É um ponto de partida, não de chegada, e captura o fato de que integrantes de grupos em posição subalterna têm vivências comuns, indisponíveis a quem não os integra. Assim, a avaliação prioritária pela aparência física, a responsabilização automática pela gestão da vida doméstica e pelo cuidado com os mais vulneráveis, a expectativa de que sejam menos racionais e mais emotivas, a menor atenção concedida a seus interesses e desejos ou o temor difuso da violência sexual são elementos da experiência de “ser mulher” numa sociedade marcada pela dominação masculina, que os homens – por mais solidários ou feministas que sejam – tipicamente não vivenciam. Esses elementos não geram uma “identidade” nem levam necessariamente a um entendimento similar dos próprios interesses. Mas são parte da perspectiva das mulheres e de um conhecimento sobre o mundo social que só elas têm condição de expressar. (MIGUEL, 2014, p. 84).



Diante disso, afirmamos que a criação da Escola de Formação Feminista foi uma estratégia de formação direcionada especificamente ao público feminino, pensada com o objetivo de valorizar a perspectiva social das mulheres jovens, de forma a proporcionar a qualificação da sua participação em espaços organizativos, formativos e políticos por meio da apropriação dos diferentes temas que englobam o feminismo.

A Escola de Formação Feminista foi, portanto, um espaço de formação e troca de experiências junto das mulheres jovens participantes, que trabalhou, sobretudo, processos de conhecimento e reconhecimento sobre o que é ser mulher e o que significa ser mulher, jovem, de Povos e Comunidades Tradicionais, no meio rural, a partir de todos os desafios e potencialidades que estão agregados a essas condições. Tendo sido proposta em 2017, em meio à sobreposição de crises vivenciada pela sociedade brasileira, a Escola visou também proporcionar uma reflexão sobre o papel das mulheres no contexto de retrocessos políticos e de avanço do conservadorismo vivenciado no país.

Todo o processo de construção da programação, metodologia e estrutura da Escola de Formação Feminista foi conduzido por mulheres, técnicas do CAA-NM, numa perspectiva multi e interdisciplinar. A preparação da Escola, assim como a possibilidade de participar ativamente em todos os espaços, contribuiu grandemente para a formação das colaboradoras envolvidas e para a reflexão e formulação coletiva sobre a forma como o trabalho com mulheres pode ser conduzido institucionalmente. Por outro lado, a participação de assessoras de outras organizações e movimentos possibilitou concretizar e enriquecer a proposta de intercâmbio e troca de experiências, inerente à realização da Escola, inclusive consolidando a posição do CAA-NM enquanto instituição que se propõe a incentivar e fortalecer o debate em torno do feminismo e da sua construção no meio rural e junto aos Povos e Comunidades Tradicionais.

Para Carla Vitória, da Sempre-Viva Organização Feminista (SOF), a Escola:

foi um espaço muito bacana onde a gente pôde se reconhecer, ver que as coisas que acontecem com a vida das mulheres numa região são muito similares às das outras, como o patriarcado acaba organizando nossas vidas e como a partir da organização feminista, a gente consegue organizar nossa resistência contra sistemas de desigualdades e lutar por um mundo de mais justiça, mais liberdade e mais direitos. (2017, entrevista)

Por ser promovida no bojo de uma organização mista, a Escola de Formação Feminista, assim como outros espaços que têm como ponto central a discussão sobre os feminismos, revelou-se uma importante ferramenta de capacitação do corpo técnico do CAA-NM. Os espaços de troca, a partir do contato com diversas perspectivas, experiências e realidades, contribuíram para a partilha de conhecimento em múltiplas vias: a formação não parte apenas da comissão político-pedagógica, mas se dá também no contato com as jovens participantes e no intercâmbio com outras organizações do campo da agroecologia.

A ação provocou todas as técnicas envolvidas para a necessidade de dar consequência aos debates iniciados e de continuar acompanhando as jovens participantes. No entanto, esse processo enfrenta, naturalmente, os impasses que se revelam na construção de organizações sociais mistas, tais como a pouca disponibilidade de recurso para conduzir atividades específicas para mulheres, a sobreposição de atribuições

e atividades, além da dificuldade de institucionalizar o debate de gênero, envolvendo também os colegas e nivelando conhecimentos.

Adicionalmente, o CAA-NM entendeu este espaço como uma oportunidade de desmistificar várias concepções negativas que geralmente são associadas à palavra feminismo e ao próprio movimento, entendendo que o trabalho com mulheres jovens constitui uma oportunidade de esclarecer os diferentes tipos de feminismo e construir, conseqüentemente, consensos sobre o “feminismo que queremos”. A escolha de utilizar o termo no título da Escola trouxe conseqüências positivas e negativas. Por um lado, a palavra “feminista” instigou parte das jovens a quererem participar da experiência, por outro lado, houve dificuldades de mobilização junto a algumas comunidades por questões enraizadas localmente e reforçadas pela falta de um debate qualificado acerca do tema.

As conseqüências, em todos os casos, foram provocativas e reforçam que a escolha foi acertada. Esse resultado é refletido pelas falas das jovens participantes, a respeito da experiência da Escola. Uma jovem geraizeira do município de Taiobeiras afirma:

Quando eu vim para cá eu confesso que tinha um certo preconceito e o legal é que você esclarece que feminismo é mais uma questão de busca pela igualdade. Tipo assim: de você poder fazer as mesmas coisas que o seu parceiro, mas sem deixar de ser mulher e também ele fazer as mesmas coisas que você, mas sem deixar de ser um homem. Isso é uma coisa que precisa ser esclarecida para as pessoas, elas não entendem. A sociedade acaba colocando o significado para o nome feminismo muito pesado. (RIBAS, 2017, entrevista).

A segunda entrevistada, jovem quilombola de Buriti do Meio, complementa:

Eu vim aqui com o intuito de aprender e foi o que aconteceu, aprendi muitas coisas novas e vou tentar repassar para os povos da minha comunidade. Gostei muito das oficinas, me ajudaram a abrir os olhos. Eu não vou sair da mesma forma que entrei porque agora eu sou uma jovem feminista. (SANTOS, 2017, entrevista).

Toda a construção da Escola foi voltada para a valorização da participação das jovens em espaços formativos e lúdicos, que promoveram reflexões sobre o papel da mulher na sociedade; autoconhecimento; autonomia econômica e geração de renda; comunicação, entre outros. Consideramos que a Escola contribuiu para reforçar o papel das jovens na promoção de mudanças nas suas comunidades, além de provocar reflexões sobre suas características, capacidades, oportunidades e desafios colocados na construção de seus projetos de vida individuais e coletivos. As oficinas realizadas proporcionaram espaços diversos de expressão e autorreflexão, centrados em princípios como o autocuidado e a valorização da mulher. A musicista e pesquisadora que conduziu a oficina de Musicalização e Ritmo avaliou:

Nossa oficina, que foi voltada para música, também se posicionou neste sentido de como a mulher é colocada no campo musical, de como ela se posiciona, de como ela recebe a música e de como a gente pode fazer para se colocar da nossa melhor forma, dizendo as nossas coisas, os nossos anseios enquanto mulher. O trabalho foi muito gostoso, foi um trabalho leve, mas de autocrítica com muita leveza e muita alegria, que a



gente pôde conversar bastante sobre isso e se divertir também. (LIMA, 2017, entrevista).

As ferramentas de comunicação e expressão artística trabalhadas durante a Escola oferece às jovens participantes instrumentos concretos para continuar refletindo sobre sua posição na sociedade e nas comunidades, assim como para divulgar e multiplicar seus aprendizados e opiniões, dialogando principalmente com outras mulheres jovens. Paralelamente, é importante considerar que, embora sejam ferramentas bastante acessíveis (como o zine e o estêncil, por exemplo), grande parte delas ainda não é utilizada na zona rural, o que representa certa adaptabilidade e inovação nas linguagens e recursos utilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola proporcionou quatro dias de muita interação entre as jovens participantes, não só pelas metodologias adotadas, mas também pela vivência continuada e partilha do espaço. Além disso, a programação proporcionou diversos momentos de troca de experiências, o que contribuiu para que as jovens se reconhecessem umas nas outras, identificando vivências e violências em comum. A construção da solidariedade entre as mulheres foi trabalhada enquanto temática transversal.

O feminismo, enquanto movimento, não engessa formas de atuação. Por isso, debatê-lo no meio rural e/ou com Povos e Comunidades Tradicionais é desafiante e requer a construção de uma identidade própria, adequada às dinâmicas e características locais. Nesse sentido, é importante o uso do termo e a promoção contínua de espaços de formação que consolidem, cada vez mais, as diferentes abordagens do feminismo e sua relação com a agroecologia. A desconstrução dos preconceitos sobre a utilização da palavra “feminismo” requer que as organizações e movimentos se desafiem, na prática, a encontrar suas “formas de fazer”.

A Escola recorreu a diferentes linguagens, inclusive para trabalhar alguns temas que são considerados tabus, contextualizando-os com a realidade das jovens participantes. O trabalho com mulheres jovens requer ferramentas e discursos distintos dos usualmente utilizados pelas organizações, não obstante os acúmulos importantes já conquistados ao longo de muitos anos debatendo agroecologia e feminismo com mulheres adultas.

A experiência demonstrou que não seria possível trabalhar em profundidade temas como sexualidade em espaços mistos. Compreendendo que várias temáticas que foram tratadas precisam ser discutidas com os homens, é essencial garantir espaços específicos para as mulheres, onde estas podem se expressar e compartilhar experiências sem receios. Formar as mulheres em espaços auto-organizados é uma forma de construir segurança para que incidam em espaços mistos, inclusive contribuindo com a formação dos homens.

Entendeu-se que toda a discussão teórica apenas pode ser validada na prática. A troca de conhecimentos com as organizações parceiras nos fez perceber outras formas de intervenção junto ao público com que o CAA-NM trabalha, o que reforça a importância dos intercâmbios.

Institucionalmente, a Escola reforçou a necessidade de sempre incorporar abordagens sensíveis à justiça de gênero em todas as temáticas trabalhadas, por mais diversas que sejam. Essa incorporação pode



dar-se através da linguagem, da exigência da equidade de gênero, da adaptação de metodologias, enfim, de estratégias que naturalizem e viabilizem a participação das mulheres.

A continuidade do projeto político que une feminismo e agroecologia depende de ampliar o conhecimento das mulheres sobre sua realidade social, problematizando e desconstruindo relações de poder dos homens sobre elas em todos os campos da vida. Conhecimento traz empoderamento individual e coletivo. Experiências como a Escola de Formação Feminista comprovam que é impossível promover esse processo de continuidade e renovação sem envolver e empoderar as mulheres jovens como sujeitos políticos de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Mariana Torreão Brito. **Gênero e interseccionalidade: chaves de leitura para um feminismo latino-americano**. 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/HrDxKv> >. Acesso em: 02 out. 2017.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. 2009. Disponível em: < <https://bit.ly/2G6Hy5q> >. Acesso em: 28 jan. 2019.

DE OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **As mulheres, os direitos humanos e a democracia**. 1998. Disponível em: < <https://goo.gl/8KdzqV> >. Acesso em: 02 out. 2017.

GT de Mulheres da ANA. **La construcción de una agenda feminista en la agroecología**. In: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org.). **Las mujeres em la construcción de la economía solidaria y la agroecología: textos para la acción feminista**. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2015.

LIMA, Fabiana. Entrevista realizada por Indinayara Gouveia em 23 de abril de 2017 em Montes Claros (MG).
MAIA, Cláudia de Jesus. **Genealogia da solteirona no Brasil**. 2001. Disponível em: < <https://goo.gl/LDG1fq> >. Acesso em: 20 abr. 2018

MATHIAS, Maysa. Entrevista realizada por Rosiellen França em 22 de abril de 2017 em Montes Claros (MG).

MIGUEL, Luis Felipe. **A igualdade e a diferença**. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **O Feminismo e a Política**. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBAS, Edianilha. Entrevista realizada por Indinayara Gouveia em 21 de abril de 2017 em Montes Claros (MG).

SANTOS, Marta dos. Entrevista realizada por Indinayara Gouveia em 21 de abril de 2017 em Montes Claros (MG).

VITÓRIA, Carla. Entrevista realizada por Indinayara Gouveia em 20 de abril de 2017 em Montes Claros (MG).